

MH SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S.A.

Demonstrações Financeiras para o
Exercício de 31 de dezembro de 2023

Em milhares de reais

Conteúdo

Relatório da Administração	3
Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras	4
Balanço Patrimonial	7
Demonstração do Resultado	8
Demonstração do Resultado Abrangente	9
Demonstração da Mutação do Patrim�nio Líquido	10
Demonstração do Fluxo de Caixa	11
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras	12

Cianorte, 17 de abril de 2024.

Relatório da Administração

A MH SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S.A., em cumprimento às disposições legais submete à apreciação de V. Sas. as respectivas Demonstrações Financeiras acompanhadas das respectivas Notas Explicativas, relativas ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2023. Sua autorização de funcionamento foi publicada no diário Oficial de 04/08/2023, concedendo à Sociedade autorização para início das atividades a partir de dia 1º. de agosto de 2023.

A administração da instituição está confiante e resiliente em sua jornada em direção ao sucesso e à excelência, mesmo antes do início de suas operações. Nossa equipe está empenhada em seguir cuidadosamente o plano de negócios estratégico estabelecido, com foco na inovação, eficiência operacional e prestação de serviços financeiros de qualidade.

Buscamos adotar as melhores práticas e estratégias para garantir um crescimento sustentável e sólido ao longo do exercício de 2024. Nossa abordagem proativa, aliada a uma gestão financeira prudente, nos permitirá enfrentar desafios e aproveitar oportunidades de mercado de forma inteligente e estratégica.

Estamos comprometidos em estabelecer uma base sólida e confiável para nossa instituição, seguindo valores como transparência, ética e responsabilidade. Buscamos não apenas atingir, mas superar os objetivos propostos, aprimorando constantemente nossas operações e mantendo um foco constante no cliente.

Com determinação e visão de futuro, a instituição financeira está pronta para se destacar no cenário financeiro, conquistando a confiança dos clientes e contribuindo positivamente para o desenvolvimento econômico e social. Juntos, construiremos um caminho de sucesso e prosperidade ao longo do exercício de 2024.

Cianorte, 17 de abril de 2024.

A ADMINISTRAÇÃO

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras

Ilmos. Srs.
Diretores e Acionistas da
MH Sociedade de Crédito Direto S.A.
Cianorte - PR

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da MH Sociedade de Crédito Direto S.A., que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas, apresentam adequadamente em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da MH Sociedade de Crédito Direto S.A., em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BCB.

Base para Opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Sociedade de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Chamamos a atenção para a Nota Explicativa "1", indicando que a MH Sociedade de Crédito Direto S.A., recebeu a autorização para funcionamento do Departamento de Organização do Sistema Financeiro, DEORF/BCB em 1º de agosto de 2023, conforme publicado no Diário Oficial da União, não tendo a Sociedade realizado operações no período das demonstrações financeiras. Por este motivo, deixa de apresentar dados comparativos com o semestre e exercício de 2022.

Outras Informações que acompanham as Demonstrações Financeiras e o Relatório do Auditor

A administração da Sociedade é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. R

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da Administração e da Governança pelas Demonstrações Financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BCB, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Sociedade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Sociedade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidade do Auditor pela Auditoria das Demonstrações Financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Sociedade. - Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Sociedade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Sociedade a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Curitiba, 17 de abril de 2024.



MÜLLER & PREI AUDITORES INDEPENDENTES S/S
CRC-PR Nº 6.472/O-1
REGINALDO BESCOROVAINÉ
Contador CRC-PR Nº 45.212/O-5

Demonstração de resultado
Em 31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais)

	NE	2º semestre 2023	Exercício 2023
Despesas operacionais		(25)	(25)
Despesas administrativas	7	(25)	(25)
Resultado operacional		(25)	(25)
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações		(25)	(25)
Prejuízo do período		(25)	(25)

As notas explicativas integram as demonstrações contábeis

Demonstração do Resultado Abrangente
Em 31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais)

	2º semestre 2023	Exercício 2023
Lucro Líquido:	(25)	(25)
Outros Resultados Abrangentes	-	-
Resultado Abrangente do Período:	<u>(25)</u>	<u>(25)</u>

As notas explicativas integram as demonstrações financeiras.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais)

	Totais		
	Capital	Prejuízos Acumulados	Exercício 2023
Saldos em 1º de julho de 2023	-	-	-
Outros eventos:			
Capital Social	5.000	-	5.000
Prejuízo do semestre	-	(25)	(25)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	5.000	(25)	4.975
Mutações no período	5.000	(25)	4.975

As notas explicativas integram as demonstrações contábeis

Demonstração do fluxo de caixa
Em 31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais)

	2º	
	Semestre	Exercício
	2023	2023
Prejuízo do período	<u>(25)</u>	<u>(25)</u>
Prejuízo do período	(25)	(25)
(Aumento) Diminuição nos subgrupos dos ativos operacionais	<u>(4.985)</u>	<u>(4.985)</u>
Títulos e valores mobiliários	(4.985)	(4.985)
Aumento (Diminuição) nos subgrupos dos passivos operacionais	<u>10</u>	<u>10</u>
Outras obrigações	10	10
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	<u>(5.000)</u>	<u>(5.000)</u>
Integralização de Capital Social	5.000	5.000
Caixa líquido usado nas atividades de financiamento	<u>5.000</u>	<u>5.000</u>
Aumento em equivalentes de caixa	<u>-</u>	<u>-</u>
Equivalentes de caixa		
No início do período	-	-
No final do período	-	-
Aumento em equivalentes de caixa	<u>-</u>	<u>-</u>

As notas explicativas integram as demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em R\$ Mil)

1 Contexto Operacional

A **MH SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S.A.** (“**MH SCD**”) foi criada em 22 de fevereiro de 2023, tendo seu endereço atual de registro e funcionamento da sede na Av. Souza Naves, nº 1060, 2º andar, bairro Zona 02, CEP: 87200-316, Cianorte, Estado do Paraná.

Seus objetivos são a realização de operações de empréstimo e de financiamento exclusivamente por meio de plataforma eletrônica, com utilização de recursos financeiros que tenham como origem capital próprio; emissão de moeda eletrônica; emissão de instrumento de pagamento pós-pago; realização da venda ou da cessão de créditos para instituições financeiras, fundos de investimentos e companhias securitizadoras, nos termos da regulação vigente; análise de crédito para terceiros; cobrança de crédito de terceiros; e atuação, por meio de plataforma eletrônica, como representante de seguros na distribuição de seguro relacionado com as operações mencionadas no item a), nos termos da Regulamentação do Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP).

Em 1º de agosto de 2023 a **MH SCD** recebeu a autorização para funcionamento, do Departamento de Organização do Sistema Financeiro - DEORF/Bacen, conforme publicado no diário oficial da União, não tendo a Sociedade realizado operações no período das demonstrações financeiras. Por este motivo, a Sociedade deixa de apresentar dados comparativos com o exercício e semestres de 2022.

A instituição declara, por sua Diretoria, que está em conformidade com seu projeto de constituição, de forma aderente ao seu sumário executivo do plano de negócios, adequadas aos objetivos estratégicos estabelecidos e submetidos ao Banco Central do Brasil.

2 Base de Preparação

a. Declaração de Conformidade

As demonstrações financeiras, aprovadas em reunião de Diretoria, realizada em 17 de abril de 2024, estão sendo apresentadas e foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN), em conjunto às normas do Conselho Monetário Nacional (CMN) e demais diretrizes previstas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF), as quais levam em consideração as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações – Lei 6.404/76 alterada pelas Leis nº 11.638/2007 e 11.941/2009.

b. Moeda Funcional e de Apresentação

Estas demonstrações financeiras individuais estão apresentadas em milhares de reais, sendo o Real (R\$) a moeda funcional da **MH SCD**.

c. Uso de Estimativas e Julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de forma contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

3 Principais Políticas Contábeis

a. Instrumentos Financeiros

(i) Ativos Financeiros não Derivativos

A **MH SCD** reconhece os créditos concedidos e demais recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação, que é a data na qual a Sociedade se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A **MH SCD** desconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Sociedade transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual, substancialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Sociedade em tais ativos financeiros transferidos é reconhecida como um ativo ou passivo separado.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a **MH SCD** tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Os títulos e valores mobiliários são classificados de acordo com a intenção de negociação, a critério da administração, em três categorias, a saber: títulos para negociação - avaliados ao valor provável de realização (considerando cotação de mercado ou o valor patrimonial dos títulos, se aplicável) em contrapartida ao resultado do período; títulos disponíveis para a venda - avaliados ao valor de provável realização em contrapartida a conta específica do patrimônio líquido; e títulos mantidos até o vencimento - avaliados pela taxa intrínseca dos títulos em contrapartida ao resultado do período.

(ii) Contas a Receber de Empréstimos e Financiamentos

Contas a receber de créditos sob a forma de empréstimos e financiamentos são ativos financeiros com pagamentos fixos ou determináveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis.

Após o reconhecimento inicial, os saldos não liquidados no período contratual são reclassificados para outras operações e mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

(iii) Provisão de Devedores Duvidosos

As operações de empréstimos e financiamentos são classificadas, em ordem crescente de risco e faixas de vencimentos, e são efetuadas com base em critérios consistentes e verificáveis, amparadas por informações internas e externas, nos moldes da Resolução 2.682 do Banco Central do Brasil, contemplando, pelo menos, os seguintes aspectos:

I - em relação ao devedor e seus garantidores: situação econômico-financeira, grau de endividamento, capacidade de geração de resultados, pontualidade e atrasos nos pagamentos e limite de crédito;

II - em relação à operação: natureza e finalidade da transação e valor.

As provisões são constituídas em montantes suficientes para fazer face a perdas prováveis na realização dos créditos.

(iv) Caixa e Equivalentes de Caixa

Caixa e equivalentes de caixa compreendem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais estão sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor justo, e são utilizados pela **MH SCD** na gestão das obrigações de curto prazo.

(v) Passivos Financeiros não Derivativos

A **MH SCD** reconhece inicialmente os títulos de dívida emitidos e passivos subordinados na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação, que é a data na qual a Sociedade se torna parte das disposições contratuais do instrumento. A **MH SCD** desconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada.

(vi) Capital Social

O capital social é representado por ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal.

b. Imobilizado

b.1 Reconhecimento e Mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição, deduzido de depreciação acumulada e de quaisquer perdas acumuladas de redução ao valor recuperável (*impairment*).

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição do ativo:

- O custo de materiais e mão de obra direta.
- Quaisquer outros custos diretamente atribuíveis para colocar os ativos no local e condições necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração.
- Os custos de desmontagem e de restauração do local onde esses ativos estão localizados.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos líquidos advindos da alienação e o valor contábil do item), são reconhecidos em outras receitas/despesas operacionais no resultado.

b.2 Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que estão disponíveis para uso, ou no caso de ativos construídos internamente, a partir do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para uso.

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, menos seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens.

c. Redução ao Valor Recuperável (impairment)

Os ativos financeiros são avaliados frequentemente para determinar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se existir uma evidência objetiva de perda como resultado de um ou mais eventos que tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados daquele ativo que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a renegociação do valor devido à **MH SCD** em condições as quais esta não aceitaria em outras transações, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título.

Para as operações com créditos adquiridos a Sociedade identifica os clientes que apresentam evidências de perdas na expectativa de recebimento e atribui um percentual de provisionamento para eventuais perdas.

d. Resultado

O resultado é apurado em conformidade com o regime de competência.

e. Ativos e Passivos Contingentes

Referem-se a direitos e obrigações decorrentes de eventos passados, cuja ocorrência depende de eventos futuros. Procedem, basicamente, de processos judiciais movidos por terceiros. Essas contingências são avaliadas por assessores jurídicos e levam em consideração a probabilidade de que recursos financeiros sejam exigidos para liquidar as obrigações e também de que o montante das obrigações possa ser estimado com suficiente segurança.

f. Imposto de Renda e Contribuição Social

A **MH SCD** está sob o regime tributário de lucro real, e se sujeita ao imposto de renda à alíquota de 15% sobre o lucro real, acrescida do adicional de 10% sobre a parcela do lucro real que exceder a R\$ 240.000 anuais. Do mesmo modo, se sujeita à contribuição social na alíquota de 9% sobre o lucro contábil, ajustado conforme a legislação vigente.

4 Títulos e Valores Mobiliários

Refere-se a valores disponíveis em Conta Corrente e Aplicação com Liquidez Imediata, no montante de 4.985 (Quatro milhões, novecentos e oitenta e cinco mil reais).

5 Outras Obrigações

5.1 Fiscais e Previdenciárias

	<u>31/12/2023</u>
Imposto de renda sobre o serviço de terceiros	1
	<u>1</u>

5.2 Diversas

	<u>31/12/2023</u>
Provisão para pagamento a efetuar – Despesas correntes	5
Obrigações com sócios – Partes relacionadas – nota explicativa 9	4
	<u>9</u>

6 Patrimônio Líquido

a. Capital Social

O capital social da Sociedade é de R\$ 5.000 (Cinco milhões de reais), composto por 5.000 (Cinco milhões) de ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, com preço de emissão de R\$ 1,00 (Um real) por ação, totalmente subscrito e integralizado até a data do balanço.

b. Reserva de Lucros

Reserva Legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei nº. 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

c. Dividendos

Dividendo Mínimo Obrigatório.

Não foi provisionado o dividendo mínimo obrigatório previsto no Estatuto Social da Sociedade, no montante de 25% sobre o lucro líquido do período.

d. Reserva de Lucros

Após a constituição de reserva legal e dividendo mínimo obrigatório o saldo de reserva de lucros deverá ter a destinação deliberada pela Assembleia Geral, observadas as disposições legais a esse respeito.

7 Despesas Gerais e Administrativas

No exercício findo houveram despesas com a prestação de serviços de contabilidade, no importe de 25 (Vinte e cinco mil reais)

8 Passivos Contingentes

a. Passivos Contingentes

A Administração não identificou montantes a serem provisionados ou divulgados de contingências com processos judiciais. Essa informação foi obtida com base em informações de seus assessores jurídicos e seguindo critério de reconhecimento das provisões estabelecido pelo CPC 25 (IAS 37), que determina que uma provisão deve ser reconhecida quando: i) a entidade tiver uma obrigação presente decorrente de um evento passado; ii) for provável que os recursos sejam exigidos para liquidar tal obrigação; e iii) o montante da obrigação puder ser estimado com suficiente segurança.

9 Parte Relacionadas

As partes relacionadas foram definidas pela Administração como sendo os seus acionistas, seus administradores, conselheiros e demais membros do pessoal-chave da Administração e seus familiares, conforme o pronunciamento técnico CPC 05.

Para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023 a MH SDC manteve valores de obrigações com sócios no montante de 4 (Quatro mil reais), conforme descrito na nota explicativa 5.

10 Outras Informações

- a. **Instrumentos financeiros derivativos** – No período de 1º de agosto de 2023 – autorização de funcionamento da Sociedade, a 31 de dezembro de 2023 a **MH SCD** não efetuou operações com instrumentos financeiros derivativos.

11 Estrutura de Gerenciamento de Riscos

A **MH SCD** pauta sua atuação no gerenciamento de riscos, nas orientações e princípios estabelecidos pelo Banco Central do Brasil, que dissemina padrões mínimos a serem observados nos processos de gerenciamento de riscos e do estabelecimento das necessidades de capital das instituições financeiras.

Para a gestão de risco a **MH SCD** mantém estrutura de comitê composto pelos principais executivos da sociedade.

A governança corporativa da **MH SCD** no que diz respeito ao gerenciamento de risco tem seu principal pilar na segregação de atividades entre as áreas de negócios e as áreas de controle. Os processos operacionais têm como núcleo duas vertentes igualmente relevantes: o envolvimento de todas as áreas quando da implantação de um novo produto, e a independência de informação destas mesmas áreas com o processo operacionalizado. Esta independência de informações busca garantir um fluxo de controle menos sensível ao risco operacional e evita situações em que possam existir conflitos de interesses.

As definições para os riscos de mercado, crédito, liquidez e operacional a que estão sujeitos a instituição são:

Risco de Mercado: a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas por uma instituição financeira, inclusive as perdas decorrentes do tamanho da posição detida frente à liquidez dos mercados durante processos de liquidação.

Risco de Crédito e Contraparte: a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelo tomador ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, à desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador, à redução de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação.

Risco de Liquidez: a possibilidade de a instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas e a possibilidade de a instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

Risco Operacional: a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos.

A **MH SCD** não efetua aplicações próprias de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

Os principais instrumentos financeiros usualmente utilizados pela **MH SCD** são aplicações de elevada liquidez, como LFT e quotas de fundos de investimento, em condições normais de mercado.

a. Risco de Mercado

Risco de Mercado trata das perdas potenciais em razão das oscilações das taxas e cotações de mercado que precificam os instrumentos financeiros pertencentes à carteira da instituição. A gestão de risco de mercado compreende o conjunto de procedimentos que buscam mensurar e controlar as exposições intrínsecas a cada operação.

A **MH SCD** não tem posições em seus ativos ou passivos, sujeitas a oscilações significativas de mercado, uma vez que ativos e passivos estão, normalmente, sujeitos aos mesmos indexadores.

b. Risco de Crédito e Contraparte

A **MH SCD**, em linha com as melhores práticas de mercado e as recomendações do Regulador, optou pela constituição de uma equipe independente para exercer o controle do Risco de Crédito, resguardando-se de potenciais conflitos de interesse durante a execução destas atividades.

O Risco de Crédito consiste na possibilidade de ocorrências de perdas associadas ao não cumprimento pelo tomados ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, à desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco tomador, a redução de ganhos ou remuneração, às vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação.

O papel da **MH SCD** na gestão de crédito é buscar oportunidades com adequado risco versus retorno em qualquer ativo ou contraparte. É papel da **MH SCD** realizar o monitoramento (analisar, aprovar, definir limites e regras de acompanhamento) periódico da carteira e recomendar a concessão de créditos de acordo com a política interna.

A análise e aprovação de cada tomador, contraparte e em alguns casos da operação ou do ativo de crédito é feita pelo **Comitê de Crédito**. O comitê avalia e aprova, define limites por emissores, setores e das operações conforme o caso. Também cabe ao comitê analisar o prêmio de risco mínimo necessário.

O processo utilizado pelo comitê consiste na realização de análise de indicadores financeiros do devedor, da governança da empresa e da estrutura do crédito, que é feita através de materiais da emissão e demais informações disponíveis ou necessárias. Além disso, são feitas reuniões com os bancos coordenadores da emissão e eventualmente com diretores/gerentes financeiros do emissor. De acordo com metodologia própria o emissor passa a ser qualificado pelo “Score MH SCD”, que leva em conta o Rating do emissor (fornecido pelas agências de rating), e uma série de indicadores financeiros, que avaliam a instituição quanto a tamanho, liquidez e nível de endividamento. Na análise final o crédito é aprovado ou reprovado no comitê. O Diretor de risco e outro sócio possuem voto obrigatório com poder de veto. Se aprovado é definido o limite de crédito para a alocação e definição de prazos para revisão e rateios/índices de acompanhamento. Após a aprovação o crédito passa a constar na Matriz de Crédito **MH SCD** para consulta e monitoramento

Em relação ao Risco de Contraparte, a **MH SCD** busca negociar prioritariamente ativos com bom histórico de liquidez. Os clientes são selecionados com base em critérios qualitativos, tanto no que tange a qualidade das informações, quanto pela robustez da instituição.

c. **Riscos de Liquidez**

Risco de Liquidez é a possibilidade da instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas, assim como a possibilidade de a instituição não conseguir negociar ao preço de mercado uma posição devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

Na **MH SCD**, o Risco de Liquidez consiste na possibilidade de restrição da demanda pelos ativos integrantes da sua carteira. Assim, o risco de liquidez é avaliado pela capacidade de liquidar um ativo ou portfólio, e pelo impacto nos preços de mercado decorrentes da liquidação do mesmo. Além disso, deve-se avaliar a capacidade de gerar recursos para o cumprimento das obrigações decorrentes dos passivos.

Assim, os riscos de liquidez são separados em:

- **Risco de Liquidez de Fluxo de Caixa:** refere-se ao perfil de descasamento do passivo e ativo de um fundo;
- **Risco de Liquidez de Mercado:** é o risco de incorrer em perdas ao liquidar uma ou mais posições devido a variações dos preços dos ativos. Quanto maior for o prazo necessário para liquidar uma posição, maior o seu risco.

A **MH SCD** é uma sociedade de crédito com foco na concessão de empréstimos e financiamentos a microempreendedores e empresas de pequeno porte, sendo assim no caso de operações de crédito com seus clientes que pertençam a um grupo econômico, definem-se os limites de liquidez dos ativos que serão constituídos, conforme o perfil de risco do grupo econômico.

Já a liquidez de mercado é monitorada e avaliada conforme o segmento de mercado de atuação dos clientes tomadores de crédito. Avalia-se a capacidade de liquidez do setor como um todo, monitorando as projeções econômicas e o desenvolvimento realizado nos últimos anos.

d. Riscos Operacionais

Define-se como risco operacional a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos. Inclui-se ainda o risco associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela instituição, bem como a sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela instituição. Inclui-se nos eventos de risco operacional:

- Fraudes internas e externas;
- Práticas inadequadas relativas a clientes, produtos e serviços;
- Falhas na execução, cumprimento de prazos e gerenciamento das atividades da instituição;
- Danos a ativos físicos próprios ou de uso pela instituição;
- Aqueles que acarretam interrupção de atividades;
- Falhas em sistemas de tecnologia da informação; e
- Demandas trabalhistas e segurança deficiente do local de trabalho.

A **MH SCD** busca investir em desenvolvimento de sistemas e controles internos, visando limitar a ocorrência de falhas nos processos que possam gerar perdas para a empresa, mitigando assim, os Riscos Operacionais.

Rotinas de backup de sistemas, ferramentas e base de dados são realizadas diariamente pela área de TI para garantir a recuperação de dados de forma rápida e precisa das informações e de ferramentas de uso por parte da gestão.

A Diretoria tem como função assegurar o cumprimento das Regras, Políticas e Procedimentos Internos, assim como adequação dos procedimentos internos as leis e regulamentação aplicáveis pelo Banco Central do Brasil e demais órgãos ou entidade de auto regulação. Tem a responsabilidade de divulgar e treinar continuamente os colaboradores para garantir a adequação, fortalecimento e o funcionamento do sistema de controles internos da **MH SCD** e a constante avaliação e revisão dos procedimentos internos a fim de minimizar preventivamente eventuais riscos operacionais, potenciais situação de conflitos de interesse, falhas de segurança, o uso inadequado de autoridade e qualquer outro descumprimento ao Código de Ética e de Conduta e demais Políticas Internas.

Critérios, premissas e limitações utilizados no cálculo dos valores de mercado.

(i) Caixa e Equivalentes de Caixa

Os saldos em conta corrente mantidos em bancos têm seus valores de mercado idênticos aos saldos contábeis.

(ii) Rendas a Receber de Clientes, outros Créditos a Receber, Fornecedores e outras Contas a Pagar

Apresentado ao valor histórico que Administração entende que se aproxima do seu valor de mercado em função do curto prazo de vencimento.

(iii) Aplicações Financeiras

O valor justo das aplicações financeiras é apurado por referência aos seus preços de fechamento na data de apresentação das demonstrações financeiras consolidadas. Não havendo cotação de mercado, o valor justo é estimado com base no valor presente dos fluxos de caixa futuros descontados pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresentação.

a. Risco de Taxa de Juros e Inflação

Decorre da possibilidade de a **MH SCD** sofrer perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros.

De acordo com suas políticas financeiras, a **MH SCD** não tem efetuado operações envolvendo instrumentos financeiros que tenham caráter especulativo.

b. Risco de Crédito

Decorre da possibilidade de a **MH SCD** sofrer perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros.

c. Risco de Estrutura de Capital (ou risco financeiro)

Decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a **MH SCD** poderia utilizar para financiar suas operações. Para mitigar os riscos de liquidez e a otimização do custo médio ponderado do capital, a **MH SCD** monitora permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado.

d. Hierarquia de Valor Justo

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a **MH SCD** usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma.

- **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos.
- **Nível 2:** *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- **Nível 3:** *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

A **MH SCD** reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações financeiras consolidadas em que ocorreram as mudanças.

12 Eventos Subsequentes

A Administração não tem conhecimento de quaisquer eventos subsequentes até a data de aprovação das demonstrações contábeis.